



MEMORANDO

Nova Santa Rita (PI), 13 de Janeiro de 2023.

DA: Assessoria Jurídica

AO: Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Nova Santa Rita

ASSUNTO: Contratação de empresa de Plataforma de gestão e publicação de atos oficiais administrativos com reprodução diária em jornal impresso para atendimento a Lei de Transparência Pública, devidamente habilitada e autorizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí/PI, conforme IN 03/2018 do TCE-PI para atender as necessidades da Câmara Municipal de Nova Santa Rita Do Piauí – Pi.

Senhor Presidente,

Em atendimento ao Despacho da CPL, referente à Contratação de empresa para gestão e publicação de atos oficiais administrativos com reprodução diária em jornal impresso, encaminhado para análise, depois de verificada a conformidade sob o ângulo jurídico-formal, considerando o que preceitua a Lei nº 8.666/93, opinamos pela aprovação do processo ora epigrafado, enquadrando-o no Artigo 24, inciso II, da citada Lei, que estabelece:

“Art. 24. - É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

De acordo com os valores levantados pela CPL indicamos pela **dispensa de licitação** por obedecer ao requisito legal estabelecido pela lei 8.666/93, e atualização por meio do decreto 9.312/18, ou seja, um valor menor que 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos), tendo em vista que a menor proposta de preço trazida pela CPL após pesquisa no mercado foi de **R\$ 10.644,00 (dez mil seiscentos e quarenta e quatro reais), da empresa FOCO SMART LTDA.**

Alertamos que ao realizar a contratação a empresa que apresentou o menor valor deve confirmar o valor proposto.

Atenciosamente,


Marcelo Onofre Araújo Rodrigues
OAB/PI Nº 13.658
Assessor Jurídico da Câmara Municipal